

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Atua com alto nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros no segmento institucional. Em 2012, possuía sob sua gestão R\$ 144,362 bilhões, distribuídos em 765 Fundos de Investimento e 2 Carteiras Administradas.

totalizando 12.311 investidores.

No exercício, a BEM DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 5,699 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 21,992 milhões e Ativos Totais de R\$ 25,804 milhões.

Osasco, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2012	2011		2012	2011
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	25.748	19.265	CIRCULANTE	3.795	3.141
DISPONIBILIDADES (Nota 4).....	198	-	OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.795	3.141
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Sociais e Estatutárias (Nota 10d).....	54	96
DERIVATIVOS (Nota 5a).....	21.615	15.393	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a).....	2.948	2.281
Carteira Própria.....	21.615	15.393	Diversas (Nota 9b).....	793	764
OUTROS CRÉDITOS.....	3.935	3.872	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	17	22
Rendas a Receber (Nota 6a).....	1.488	1.363	OUTRAS OBRIGAÇÕES	17	22
Diversos (Nota 6b).....	2.447	2.509	Diversas (Nota 9b).....	17	22
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	55	244	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10)	21.992	16.347
OUTROS CRÉDITOS.....	55	244	Capital:		
Diversos (Nota 6b).....	55	244	- De Domiciliados no País.....	8.700	4.650
PERMANENTE	1	1	Reservas de Lucros.....	13.292	11.697
INVESTIMENTOS.....	1	1			
Outros Investimentos (Nota 7).....	1	1			
TOTAL	25.804	19.510	TOTAL	25.804	19.510

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil						DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2º Semestre 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro		2012	2011	Eventos	Capital			Lucros Acumulados	Totais
		2012	2011				Social	Legal	Estatutárias		
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	715	1.498	1.144	715	1.498	Saldos em 30.6.2012	8.700	991	9.573	-	19.264
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b).....	715	1.498	1.144	715	1.498	Lucro Líquido.....	-	-	-	2.754	2.754
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	715	1.498	1.144	715	1.498	Destinações: - Reservas.....	-	138	2.590	(2.728)	-
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS.....	4.234	8.340	5.577	4.234	8.340	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(26)	(26)
Recargas de Prestação de Serviços (Nota 11).....	9.955	19.073	14.409	9.955	19.073	Saldos em 31.12.2012	8.700	1.129	12.163	-	21.992
Outras Despesas Administrativas (Nota 12).....	(4.110)	(7.449)	(5.828)	(4.110)	(7.449)	Saldos em 31.12.2010	4.650	341	1.390	-	6.381
Despesas Tributárias (Nota 13).....	(953)	(1.802)	(1.049)	(953)	(1.802)	Lucro Líquido.....	-	-	-	10.062	10.062
Outras Receitas Operacionais (Nota 14).....	-	31	3.339	-	31	Destinações: - Reservas.....	-	503	9.463	(9.966)	-
Outras Despesas Operacionais (Nota 14).....	(658)	(1.513)	(5.294)	(658)	(1.513)	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(96)	(96)
RESULTADO OPERACIONAL	4.949	9.838	6.721	4.949	9.838	Saldos em 31.12.2011	4.650	844	10.853	-	16.347
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 15)	3	3	10.077	3	3	Aumento de Capital com Reservas.....	4.050	-	(4.050)	-	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.952	9.841	16.798	4.952	9.841	Lucro Líquido.....	-	-	-	5.699	5.699
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)	(2.198)	(4.142)	(6.736)	(2.198)	(4.142)	Destinações: - Reservas.....	-	285	5.360	(5.645)	-
LUCRO LÍQUIDO	2.754	5.699	10.062	2.754	5.699	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	(54)	(54)
Número de cotas (Nota 10a).....	8.700.000	8.700.000	4.650.000	8.700.000	8.700.000	Saldos em 31.12.2012	8.700	1.129	12.163	-	21.992
Lucro por lote de mil cotas em R\$.....	316,55	655,06	2.163,87	316,55	655,06						

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil						DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
	2º Semestre 2012	Exercícios findos em 31 de dezembro		2012	2011	Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro		2012	2011
		2012	2011				2012	%	2012	%		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:						1 - RECEITAS	10.015	169,6	19.092	164,0	23.675	132,6
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	4.952	9.841	16.798	4.952	9.841	1.1) Intermediação Financeira.....	715	12,1	1.498	12,9	1.144	6,4
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	-	(5)	(10.077)	-	(5)	1.2) Prestação de Serviços.....	9.955	168,6	19.073	163,8	14.409	80,7
(Ganho)/Perda na Alienação de Investimentos.....	-	(5)	(10.077)	-	(5)	1.3) Outras.....	(655)	(11,1)	(1.479)	(12,7)	8.122	45,5
Reversões de Provisões Trabalhistas.....	-	(5)	(10.077)	-	(5)	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(4.110)	(69,6)	(7.449)	(64,0)	(5.828)	(32,6)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	4.952	9.836	6.721	4.952	9.836	Serviços de Terceiros.....	(3.953)	(66,9)	(7.067)	(60,7)	(5.415)	(30,3)
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos	(4.088)	(6.222)	(7.423)	(4.088)	(6.222)	Serviços do Sistema Financeiro.....	(30)	(0,5)	(73)	(0,6)	(169)	(1,0)
Financeiros Derivativos.....	(4.088)	(6.222)	(7.423)	(4.088)	(6.222)	Propaganda, Promoções e Publicidade.....	(46)	(0,8)	(134)	(1,2)	(148)	(0,8)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos.....	130	(115)	810	130	(115)	Serviços Técnicos Especializados.....	(71)	(1,2)	(148)	(1,3)	(62)	(0,3)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações.....	(91)	48	(4.822)	(91)	48	Outros.....	(10)	(0,2)	(27)	(0,2)	(34)	(0,2)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(612)	(3.253)	(5.827)	(612)	(3.253)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	5.905	100,0	11.643	100,0	17.847	100,0
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	291	294	(10.541)	291	294	4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.905	100,0	11.643	100,0	17.847	100,0
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:						5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	5.905	100,0	11.643	100,0	17.847	100,0
Alienação de Investimentos.....	-	-	10.484	-	-	5.1) Impostos, Taxas e Contribuições.....	3.151	53,4	5.944	51,1	7.785	43,6
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos.....	-	-	33	-	-	Federal.....	2.952	50,0	5.563	47,8	7.497	42,0
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	-	-	10.517	-	-	Municipal.....	199	3,4	381	3,3	288	1,6
Dividendos Pagos.....	(96)	(96)	-	(96)	(96)	5.2) Remuneração de Capitais Próprios	2.754	46,6	5.699	48,9	10.062	56,4
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(96)	(96)	-	(96)	(96)	Dividendos.....	26	0,4	54	0,4	96	0,6
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	195	198	(24)	195	198	Lucro Retido.....	2.728	46,2	5.645	48,5	9.966	55,8
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	3	24	24	3	24							
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	198	198	-	198	198							
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	195	198	(24)	195	198							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM ou Instituição) é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões civis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de janeiro de 2013.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

d) Títulos e valores mobiliários - Classificação

• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; • Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadraram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e • Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

f) Investimentos

Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável apurado pelo: (i) potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo: • Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 8a); • Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e • Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 8b e c).

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

j) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por: • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para essas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Disponibilidades em moeda nacional.....	198	-
Total de disponibilidades (caixa)	198	-

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2012		2011			
	Valor de mercado/contábil	Valor de custo/				



Bradesco BEM DTVM

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

II - Movimentação das provisões

	R\$ mil	
	2012	2011
Saldo no início do exercício de 2012	22	17
Reversão	(5)	
Saldo no final do exercício de 2012	17	

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré", amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	2.825	2.144
Impostos e contribuições a recolher	120	135
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 17c)	3	2
Total	2.948	2.281

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Provisões trabalhistas	17	22
Provisão para pagamentos a efetuar	771	738
Outros	22	26
Total	810	786

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 8.700 mil (2011 - R\$ 4.650 mil), totalmente subscritos e integralizados, é composto por 8.700.000 (2011 - 4.650.000) cotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

b) Movimentação do capital social

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Em 31 de dezembro de 2011	4.650.000	4.650
Aumento de Capital (1)	4.050.000	4.050
Em 31 de dezembro de 2012	8.700.000	8.700

(1) Em 10 de maio de 2012 o BACEN homologou o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 9 de abril de 2012, que deliberou o aumento do capital social em R\$ 4.050 mil, elevando-o de R\$ 8.700 mil para R\$ 12.750 mil, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutária", com a criação de 4.050.000 cotas, de valor nominal de R\$ 1,00 cada, atribuídas ao Sócio-Cotista Banco Bradesco BBI S.A., com a concordância do Sócio-Cotista Banco Bradesco S.A.

c) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Reservas de Lucros	13.292	11.697
- Reserva Legal (1)	1.129	844
- Reserva Estatutária (2)	12.163	10.853

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos Sócios-Cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2012	2011
Lucro Líquido	5.699	10.062
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro	(285)	(503)
Base de cálculo	5.414	9.559
Dividendos propostos	54	96
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil cotas	6,21	20,65

11) RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 19.073 mil (2011 - R\$ 14.409 mil) corresponde à receita auferida na administração de fundos de investimento (Nota 18b).

12) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Serviços de terceiros	7.067	5.415
Propaganda e publicidade	134	148
Serviços técnicos especializados	148	62
Serviços do sistema financeiro	73	169
Outras	27	34
Total	7.449	5.828

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Contribuição à COFINS	823	637
Imposto sobre serviços - ISS	381	288
Contribuição ao PIS	133	103
Impostos e taxas	465	21
Total	1.802	1.049

14) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Reversão/(constituição) de provisão operacional	31	12
Variações monetárias	(34)	(496)
Resultado na prestação de serviços de distribuição de cotas, líquida das comissões pagas	(1.473)	(1.163)
Outras	(6)	(308)
Total	(1.482)	(1.955)

15) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Em 2011, refere-se ao lucro apurado na alienação das ações da CETIP S.A., baixado pelo valor de custo.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controladores e empresa coligada estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2012	2011	2012	2011
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	198	-	-	-
Dividendos:				
Banco Bradesco BBI S.A.	(54)	(96)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião dos Sócios-Cotistas é fixado:
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	9.841	16.798
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(3.936)	(6.719)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	-	(41)

Feito no cálculo dos tributos:

Outros valores	(206)	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.142)	(6.736)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(3.901)	(6.963)
Impostos diferidos		
Contribuição social no exercício, sobre adições temporárias	(241)	227
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.142)	(6.736)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil	
	Saldo em 31.12.2011	Saldo em 31.12.2012
Provisões trabalhistas	10	3
Outras provisões	275	37
Total dos créditos tributários (Nota 6b)	285	44
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a)	2	3
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	283	41

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2012 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2013	5	3	8
2014	9	6	15
2015	9	6	15
2016	4	2	6
Total (Nota 6b)	27	17	44

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 42 mil (2011 - R\$ 264 mil).

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização Bradesco.

A BEM DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BEM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2012, somaram R\$ 144.362.101 mil (2011 - R\$ 106.873.289 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no exercício foi de R\$ 19.073 mil (2011 - R\$ 14.409 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 14 de fevereiro de 2013



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

José Cláudio Costa

Contador CRC 1SP167720/O-1

Sumário

Caderno Empresarial 2

BALANÇO

ANDORRA HOLDINGS S.A.	11
Arteris S.A.	2
Banco Bankpar S.A.	13
BEM - DTVM LTDA	9

Diário Oficial

Empresarial 2

Estado de São Paulo

Volume 123 • Número 42

Página 10

São Paulo, quarta-feira, 6 de março de 2013

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DO.online

Descubra 120 anos de história.

Agora, você tem todo o acervo do Diário Oficial, disponível desde 1891, com a busca por palavra-chave.

Gratuitamente.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação.

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Bradesco

BEM DTVM

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ nº 06.670.000-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No exercício, a BEM DTVM registrou Lucro Líquido de R\$ 5.699 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 21.992 milhões e Ativos Totais de R\$ 25.804 milhões.

Osasco, SP, 25 de janeiro de 2013.

Diretoria

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Atua com nível de especialização na administração fiduciária de recursos de terceiros no segmento institucional. Em 2012, possuía sob sua gestão R\$ 144,362 bilhões, distribuídos em 765 Fundos de Investimento e 2 Carteiras Administradas, totalizando 12.311 investidores.

ATIVO	BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil	
	2012	2011
CIRCULANTE	25.748	19.265
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	198	198
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5a)	21.615	15.393
Carteira Própria	21.615	15.393
OUTROS CREDITOS:	3.025	3.872
Rendas a Receber (Nota 6a)	1.488	1.363
Diversos (Nota 6b)	2.447	2.509
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO:	55	244
OUTROS CREDITOS:	55	244
Diversos (Nota 6b)	55	244
PERMANENTE	1	1
INVESTIMENTOS	1	1
Outros Investimentos (Nota 7)	1	1
TOTAL	25.804	19.510

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2º Semestre 2012	2011
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	715	1.444
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b)	715	1.444
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	715	1.444
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	4.949	5.677
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 11)	9.955	10.773
Outras Receitas Administrativas (Nota 12)	(4.110)	(7.449)
Despesas Tributárias (Nota 13)	(1.802)	(1.802)
Outras Receitas Operacionais (Nota 14)	-	31
Outras Despesas Operacionais (Nota 14)	(658)	(1.515)
RESULTADO OPERACIONAL	4.949	6.721
Resultado Não Operacional (Nota 15)	3	3
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.952	6.724
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17)	(2.148)	(4.143)
LUCRO LÍQUIDO	2.754	1.062
Número de cotas (Nota 10a)	8.700.000	8.700.000
Lucro por lote de mil cotas em R\$	316,55	121,63

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2º Semestre 2012	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	4.952	9.841
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	-	(5)
(Ganho)/Perda na Alienação de Investimentos	-	(10.077)
Reversões de Provisões Trabalhistas	-	(5)
Lucro Líquido Ajustado aos Impostos	4.952	8.383
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	(4.088)	(6.222)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(115)	(115)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(91)	48
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(612)	(3.253)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	291	294
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação de Investimentos	-	10.484
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	-	13
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	-	10.517
Dividendos Pagos	(96)	(96)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(96)	(96)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	195	198
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	3	3
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	198	198
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	195	198

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	2012	2011	2012	2011		
Saldos em 30.6.2012	8.700	991	9.573	-	19.264	19.264
Lucro Líquido	-	-	-	2.754	2.754	2.754
Destinações - Reservas:	-	138	2.500	(2.728)	-	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(26)	(26)	(26)
Saldos em 31.12.2012	8.700	1.129	12.163	-	21.992	21.992
Saldos em 31.12.2011	4.650	341	1.390	-	6.381	6.381
Patrimônio Líquido (Nota 10)	-	-	-	10.062	10.062	10.062
Destinações - Reservas:	-	503	9.463	(9.966)	-	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(96)	(96)	(96)
Saldos em 31.12.2011	4.650	844	10.853	-	16.347	16.347
Aumento de Capital com Reservas	4.050	-	(4.050)	-	-	-
Lucro Líquido	-	-	-	5.699	5.699	5.699
Destinações - Reservas:	-	285	5.360	(5.645)	-	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	(54)	(54)	(54)
Saldos em 31.12.2012	8.700	1.129	12.163	-	21.992	21.992

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2012	%	2012	%
1 - RECEITAS	10.015	169,6	10.092	164,0
1.1) Intermediação Financeira	715	12,1	1.498	12,9
1.2) Prestação de Serviços	9.955	168,8	10.773	163,8
1.3) Outros	(655)	(11,1)	(1.479)	(12,7)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(4.110)	(69,6)	(7.449)	(64,0)
(3.953)	(65,9)	(7.057)	(60,7)	
Serviços do Sistema Financeiro	(30)	(0,5)	(173)	(1,5)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(46)	(0,8)	(134)	(1,2)
Serviços Técnicos Especializados	(71)	(1,2)	(148)	(1,3)
Outros	(10)	(0,2)	(27)	(0,2)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	5.905	100,0	11.643	100,0
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.905	100,0	11.643	100,0
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	5.905	100,0	11.643	100,0
5.1) Impostos, Taxas e Contribuições	3.151	53,4	5.944	51,1
Federal	2.952	50,0	5.563	47,8
Municipal	199	3,4	381	3,3
5.2) Remuneração de Capitais Próprios	2.754	46,6	5.699	48,9
Dividendos	26	0,4	54	0,4
Lucro Retido	2.728	46,2	5.645	48,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM ou Instituição) é uma Instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/04 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.047/76 (Lei das Sociedades por Ações) com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e Instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões civis, fiscais e trabalhistas, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros e outras provisões. Os resultados podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.
As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 25 de janeiro de 2013.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Ajuste do resultado
O resultado é ajustado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta retentora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata di e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda.

d) Títulos e valores mobiliários - Classificação
- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período da efetiva realização e;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado líquido, deduzidos dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado líquido;
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários são classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, mesmo que os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em resultados de preços de mercado ou cotações de preço de mercado para ativos com características semelhantes. Se essas cotações de mercado não estiverem disponíveis, o valor justo é determinado com base em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".
Os créditos tributários de adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
A provisão para imposto de renda é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.
De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelas artífices 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerado, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mudanças listadas estão registrados nos ativos e passivos afetados correspondentes.

f) Investimentos
Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisões para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (impairment), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável (impairment). O teste de redução ao valor recuperável é baseado no valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.829/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos a menos que a Administração possua total controle sobre a situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de extinção é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 6a).

- Provisões: são constituídas levando em conta o opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os compromissos envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada quando ocorrerem eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 6b e c).

i) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base pro rata di) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incluindo (em base pro rata di).

j) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:
- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis. Não houve qualquer evento subsequentes que requer ajustes ou divulgações para essas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Disponibilidades em moeda nacional

Total de disponibilidades (caixa)

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Títulos para negociação (3):

Letras financeiras do BACEN

Letras do tesouro nacional

Debêntures

Certificado de depósito bancário

Operações compromissadas

Notas promissórias

Outros

Total em 2012

Total em 2011

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. No encerramento do exercício, os investimentos em fundos exclusivos administrados pelo Conglomerado Bradesco somavam R\$ 21.515 mil (2011 - R\$ 15.393 mil). Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado disponível, os valores são estimados com o uso de métodos de distorções, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Fundos de Investimentos

BEM DTVM não possui operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

6) OUTROS CREDITOS

a) Rendas a Receber

Serviços prestados - taxa de administração de fundos

Diversos

Impostos e contribuições a compensar

Devedores por depósitos em garantia - trabalhistas

Devedores diversos - País

Devedores por depósitos em garantia - fiscais

Total

7) INVESTIMENTOS

O investimento de R\$ 1 mil refere-se a título patrimonial da CETIP Educacional.

8) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de seus atividades. Na contabilidade, tais provisões a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabia mais recursos, ou a sua prescrição.

i - Processos trabalhistas

São ações ajustadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de horas extras, em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para a guarda de extrato, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

ii - Movimento das provisões

Saldo no início do exercício de 2012

Reversões

Saldo no final do exercício de 2012

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis



BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

Sede: Cidade de Deus - Prédio Praia - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2012	2011
Contribuição à COPSINS	823	637
Imposto sobre serviços - ICS	381	288
Contribuição ao PIS	133	103
Impostos e taxas	465	21
Total	1.802	1.049

14) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	2012	2011
Reversão/(constituição) de provisão operacional	31	12
Variações monetárias	(34)	(496)
Resultado na prestação de serviços de distribuição de cotas, líquida das comissões pagas	(1.473)	(1.163)
Outras	(6)	(306)
Total	(1.482)	(1.955)

15) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Em 2011, refere-se ao lucro apurado na alienação das ações da CETIP S.A., baixado pelo valor de custo.

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com controladores e empresa coligada estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2012	2011	2012	2011
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	198	-	-	-
Dividendos:				
Banco Bradesco BBI S.A.	(54)	(96)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Reunião dos Sócios-Cotistas é fixado:
 - O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do órgão Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social; e
 - A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.
 A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.
 A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:
 a) Diretores e membros dos Conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
 Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2012	2011
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	9.841	16.798
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(3.936)	(6.719)
Despesas individuais líquidas de receitas não tributáveis	-	(41)
Efeito no cálculo dos tributos	-	-
Outros valores	(206)	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.142)	(6.736)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2012	2011
Impostos correntes	(3.901)	(6.963)
Imposto de renda e contribuição social devidos	-	-
Impostos diferidos	(241)	227
Contribuição social no exercício, sobre adoções temporárias	(4142)	(6.736)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.142)	(6.736)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2011	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2012
Provisões trabalhistas	10	-	3	7
Outras provisões	275	-	238	37
Total dos créditos tributários (Nota 6b)	285	-	241	44
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a)	2	1	-	3
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	283	(1)	241	41
Total	287	(1)	241	41

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2012 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias	Imposto de renda	Contribuição social
2013	5	3	8
2014	9	6	15
2015	9	6	18
2016	4	2	6
Total	27	17	46

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 42 mil (2011 - R\$ 264 mil).

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando o valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização Bradesco.

A BEM DTVM, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BEM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro de 2012, somaram R\$ 144.362.101 mil (2011 - R\$ 106.873.289 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no exercício foi de R\$ 19.073 mil (2011 - R\$ 14.409 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:
 - Resolução nº 3.958/09 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
 - Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
 - Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
 - Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
 - Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
 - Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
 - Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis: Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
 - Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares - Contador - CRC 1SP208127V-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Administradoras da

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui,

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acrescentamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Essa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428C-6

Osasco, 14 de fevereiro de 2013

José Cláudio Costa

Contador CRC 1SP167720V-0



Bruno pode admitir a morte de Eliza

No depoimento marcado para hoje, porém, goleiro deve negar participação no crime da ex-amante, em Minas.

No depoimento marcado para hoje, o goleiro Bruno Fernandes deve admitir, pela primeira vez em público, que sua ex-amante Eliza Samúdio está morta. Mas, conforme apurou a reportagem do *Estadão Conteúdo*, deve negar qualquer envolvimento no crime. A estratégia seria atribuir o sequestro e o assassinato ao ex-braço direito Luiz Henrique Ferreira Romão, o Macarrão.

Bruno é acusado de ser o mandante do sequestro, cárcere privado e assassinato de Eliza. Sua ex-mulher, Dayanne Rodrigues do Carmo, é processada pelo sequestro e cárcere privado do bebê. Desde o início do julgamento, na segunda-feira, circulam rumores no Fórum



O ex-goleiro do Flamengo Bruno Fernandes: revelações no depoimento.

de Contagem (MG) de que o goleiro poderá confessar a participação no crime. Em novembro, Macarrão foi condenado a 15 anos de prisão (12 em regime fechado), de-

pois de assumir que participou da morte de Eliza, mas alegou que o goleiro foi o mandante do crime. "Dissemos para ele (Bruno) contar o que sabe. Mas eleira já caiu. Ele não é mais goleiro

do Flamengo. É um cidadão comum, um preso, um réu", declarou o advogado Tiago Leinoir, um dos defensores do jogador. Mas ele ressaltou que isso não significa que o acusado vá assumir que cometeu o crime. "Se ele confessar, a confissão vai surpreender até os advogados", disse.

Executor - A ex-mulher de Macarrão, Andrea Rodrigues, roubou as atenções na tarde de ontem no fórum de Contagem. Ela apareceu de surpresa e disse aos jornalistas que o ex-companheiro era apenas o "executor" das ordens do goleiro. "Ele me contou que a ordem para matar Eliza partiu de Bruno". Andrea destacou que Macarrão não fazia nada sem o consentimento do amigo e patrão. (*Estadão Conteúdo*)

CASO BRUNO
 Julgamento do jogador começou no início da semana, em Minas.

artpesca
 Linha p/ Pesca

Linha artpesca monofilamento:
 * 100% poliamida
 * Uniforme no diâmetro
 * Baixa memória
 * Super-resistência

Uma linha da mais alta qualidade.

Av. Celso Garcia 1.026 - Brás - São Paulo - SP
 Fone/Fax: (11) 2291-2277
 www.artpesca.com.br - artpesca@artpesca.com.br

21 anos de Requite e Conforto!

Visite nosso site e verifique todas as comodidades.
www.asturiasmotel.com.br

Fone: 11 3816-6689
 Avenida Nações Unidas, 77415 - Pinheiros - São Paulo/SP

AGENDA DO EMPRESÁRIO
 ANO XXVII JUNHO CENOFISCO

www.agenda-empresario.com.br

QUARTA-FEIRA, 06 DE MARÇO DE 2013

ACADEMIA DE GINÁSTICA
 Empresa com ramo de academia de ginástica, que recolhe DAS no anexo V, deverá recolher INSS da parte patronal na alíquota de 20% ou recolherá apenas o INSS descontado do empregado? Saiba mais acessando: [www.empresario.com.br/legislacao].

FALCENDO O SEGURADO DETIDO OU RECLUSO, O AUXÍLIO-RECLUSÃO SERÁ CONVERTIDO EM PENSÃO POR MORTE?
 Sim. Determina o art. 118 do RPS, aprovado pelo Decreto nº 3.048/99, que falecendo o segurado detido ou recluso, o auxílio-reclusão que estiver sendo pago será, automaticamente, convertido em pensão por morte.

FALTA JUSTIFICADA
 Quando o funcionário justifica falta com "Atestado de Acompanhamento" a empresa pode descontar o DSR? Ou apenas será descontado o dia da falta? Saiba mais: [www.empresario.com.br/legislacao].

EXISTE ALGUMA LEI QUE IMPEÇA O PAGAMENTO DE RESCISÃO EM CONTA SALARIAL?
 Informamos que não há previsão na legislação sobre qualquer impedimento de pagamento de rescisão em conta salarial.

FUNCIONÁRIO QUE TRABALHA EM DOIS EMPREGOS SOFREU ACIDENTE EM UM DOS EMPREGOS E APRESENTOU ATESTADO DE 03 DIAS PARA CADA UM. AS DUAS EMPRESAS TERÃO OBRIGAÇÃO DE PAGAR OS DIAS NÃO TRABALHADOS?
 Informamos que a obrigação de abono de ausência do empregado com apresentação de atestado médico que justifique, será do empregador de cada vínculo empregatício do empregado, ou seja, ambos empregadores deverão abonar o período de atestado apresentado pelo empregado.

LIMITES DO HORÁRIO DE ALMOÇO
 Qual o limite máximo e mínimo para o horário de almoço? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

DIREITOS DO MENOR
 Quais são os direitos do menor perante a CLT? Saiba mais acessando a íntegra no site: [www.empresario.com.br/legislacao].

ORIENTADOR GERENCIAL
 A coluna Agenda do Empresário® é leitura obrigatória do Administrador, Advogado, Contador e RH, para a orientação do dia a dia empresarial. Acesse a íntegra das informações: [www.agenda-empresario.com.br].

Telefone: 55 (11) 3385-5050
www.eanchieta.com.br
 Rua Elba, 1.061 - Moirão Velho
 São Paulo - Capital - Cep: 04285-001

A melhor solução para seu empreendimento